



ALICIANNE GONÇALVES DE OLIVEIRA

GOVERNO FEDERAL, PARTIDOS DOS TRABALHADORES E MOVIMENTO NEGRO:
DISTANCIAMENTOS E APROXIMAÇÕES NA FORMAÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA

Artigo apresentado ao **Grupo de Trabalho de Comunicação institucional e imagem pública** no V Congresso da Compolítica, realizado em Curitiba/PR, entre os dias 8 e 10 de maio de 2013.

ISSN 2236-6490

MAIO 2013

GOVERNO FEDERAL, PARTIDO DOS TRABALHADORES E
MOVIMENTO NEGRO: DISTANCIAMENTOS E APROXIMAÇÕES NA
FORMAÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA

Alicianne Gonçalves de Oliveira

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Bolsista Capes

alicianneg@gmail.com

Governo Federal, Partido dos Trabalhadores e movimento negro: distanciamentos e aproximações na formação da imagem pública¹

Alicianne Gonçalves de Oliveira²

Resumo: O artigo procura refletir sobre a formação da imagem pública da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e como essa imagem trabalha a relação história entre Governo Federal, Partido dos Trabalhadores (PT) e movimento negro brasileiro. O trabalho se centra na comunicação desenvolvida pela SEPPIR, especificamente o site do órgão, e nas notícias veiculadas no site da Agência de Notícias Afropress, especializada em conteúdo jornalístico de interesse da população negra. É realizada uma análise qualitativa das informações disponibilizadas nos referidos sites em 2012, apoiada em análises sócio-histórica e discursiva. Nos resultados, encontram-se aproximações, mas, sobretudo, distanciamentos entre a imagem que a instituição oferece de si e da relação entre Governo Federal, Partido dos Trabalhadores e movimento negro e a imagem trabalhada pela agência de notícias. Resultado das diferenças de objetivos e critérios dessas experiências de comunicação e também das tensões historicamente existentes entre os três atores envolvidos nessa dinâmica.

Palavras-chave: Imagem pública. Comunicação. Governo Federal. Partido dos Trabalhadores. Movimento negro.

1 Introdução

O propósito das ideias que se apresentam, de forma breve, nas páginas seguintes é compreender como a imagem pública de um órgão governamental trabalha a relação entre Governo, partido político e movimento social. Situo o propósito deste artigo na concepção, baseada em Gomes (2004), de que pensar construção, exposição e gerenciamento da imagem pública dos atores políticos também é pensar a disputa que

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação Institucional e Imagem Pública do V Compolítica, na Universidade Federal do Paraná, Curitiba, de 8 a 10 de maio de 2013.

² Jornalista, mestre em Comunicação Social (UFC) e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG. Bolsista Capes e pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME/UFMG) e do Grupo de Pesquisa em Política e Novas Tecnologias (Ponte/UFC). E-mail: alicianneg@gmail.

esses atores travam pela produção da percepção pública dos interesses apresentados na cena política. A política de imagem e a conseqüente construção da imagem pública se ligam também à importância que tem o reconhecimento e a legitimidade de uma instituição ou de um sujeito político nas esferas pública e de decisão política. Legitimidade e reconhecimento que se ligam à capacidade que esse ator tem “de ratificar, publicamente, o acordo em torno de verdades e projetos.” (WEBER, 2004, p. 261).

Trabalho neste artigo com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), vinculada à Presidência da República. Criado em março de 2003, primeiro ano do Partido dos Trabalhadores (PT) à frente do Executivo Federal, o órgão tem como missão promover e articular ações que promovam a igualdade e a proteção dos direitos de indivíduos e de grupos raciais e étnicos afetados pela discriminação e demais formas de intolerância.

Tanto essa secretaria quanto o próprio Partido dos Trabalhadores tem um histórico de estreita relação com o movimento negro brasileiro. Por isso, entendo ser esse um objeto apropriado para compreender os possíveis distanciamentos e aproximações no processo de construção e exposição da imagem pública de um órgão onde a relação Estado e sociedade civil é característica fundante da instituição.

A imagem pública de instituições e sujeitos políticos é colocada no âmbito da esfera pública pelas mediações, com a comunicação direta com o público, e pelas mediações, quando as informações circulam pelas mídias (WEBER, 2004). No caso deste artigo, escolhe-se trabalhar a fase de construção da imagem pública que concerne ao ator político, com o uso de mídias próprias, e, em pequeno recorte, com a fase relacionada aos agentes da esfera de exposição pública³.

O trabalho se centra, em um primeiro momento, na comunicação desenvolvida pela SEPPIR, especificamente o site www.seppir.gov.br. Como a secretaria, ele existe desde 2003 e é o principal meio utilizado por ela para divulgar, de forma massiva e permanente, suas ações. Menu principal, destaques na página inicial e *banners* dão ao cidadão informações sobre as atividades diárias do órgão, os projetos desenvolvidos pela instituição e sobre temas relacionados à temática étnico-racial. A informação escrita predomina e não há espaço para a participação do cidadão. O contato do cidadão

³ A terceira fase do processo de construção da imagem pública, que concerne ao público, não será abordada neste trabalho.

é incentivado apenas com a disponibilização de telefones e e-mails do órgão. No menu principal, há 12 tópicos⁴ que trazem dados sobre história, missão, programas e atividades mais administrativa da secretaria. A análise deste artigo será feita a partir das informações do menu principal e das notícias veiculadas diariamente no site.

No segundo momento da análise, trabalha-se com as notícias veiculadas pela Agência de Notícias Afropress – www.afropress.com.br. Existente desde 2007, ela é uma das primeiras agências de notícias online cuja pauta principal está ligada ao combate ao racismo (COGO; MACHADO, 2010). A agência se coloca como “independente de partidos e governos” e opta por abordar, principalmente, temas de interesse da população negra⁵. O site veicula notícias diariamente, além de publicar também editoriais e textos de dezenas de colunista/colaboradores. A Afropress ainda possui um perfil no *Twitter* e a chamada Afropress.TV, que disponibiliza vídeos (entrevistas, palestras, reportagens) realizados ou não pela equipe da agência.

Em ambos os casos, é realizada uma análise qualitativa das informações disponibilizadas em 2012, apoiada na proposta metodológica desenvolvida por J. B. Thompson (1999). Parto da Hermenêutica de Profundidade (HP), para a qual, as “Formas simbólicas são construções significativas que exigem uma interpretação” (1999, p. 357), que pode e deve ser medida pelo que o autor chama de métodos explanatórios ou objetivantes, que seriam o estudo da contextualização social e da construção significativa das formas simbólicas.

Assim, opto por partir das três fases de análise propostas pelo autor: (1) análise sócio-histórica, que procura reconstruir as condições históricas e sociais de produção, recepção e circulação das formas simbólicas⁶; (2) análise formal ou discursiva, que busca identificar as características estruturais e as relações do discurso; e (3) interpretação das formas simbólicas, construído com base nas fases anteriores e que “[...] procede por síntese, por construção criativa de possíveis significados” (1999, p. 376).

⁴ Os tópicos são os seguinte: (1) Acesso a Informação, (2) Sobre a Secretaria, (3) Ministra, (4) Chamadas Públicas, (5) Relatórios de Gestão, (6) Notícias e Imagens, (7) CNPIR, (8) Publicações, (9) Ouvidoria, (10) Comunidades Tradicionais, (11) Fale Conosco, (12) Igualdade Racial é Pra Valer.

⁵ <http://afropress.com.br/quemSomos.asp>

⁶ Como não será analisada, neste artigo, a terceira fase do processo de construção da imagem pública, não se analisará como o público recebe as formas simbólicas.

2 Sobre comunicação, imagem pública e a relação Estado e sociedade civil

Quando se pensa a política contemporânea, há convicção, segundo Gomes (2004, p. 239), de que grande parte da disputa política acontece na “competição pela construção, controle e determinação da imagem dos indivíduos, grupos e instituições”. No âmbito do que ele chama de *política de imagem*, estão incluídas questões amplas e caras a esses atores, concernentes à opinião pública, à governabilidade, à credibilidade. Está em jogo na disputa política a legitimidade de suas pretensões na esfera pública. Assim, o processo de construção da imagem pública seria “fator vital à visibilidade e reconhecimento de ‘instituições e sujeitos da política’” (WEBER, 2004, p. 260).

A construção da imagem pública da SEPPIR se dá em um processo de necessidade de reconhecimento, visibilidade e legitimidade da instituição, criada três meses após a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, e com alguns percalços. Sua criação foi sugerida já no Relatório de Transição de Governo, no final de 2002, e se esperava o anúncio da SEPPIR no mesmo dia que as demais secretarias especiais foram anunciadas. No entanto, isso não aconteceu. Após uma intensa articulação de setores do PT e da sociedade civil, foi definida a criação da SEPPIR e marcada para o dia 21 de março a sua instituição (GOMES, 2009).

Esse atraso na criação da secretaria teve consequências, resultando em certa fragilidade institucional na fase inicial do órgão. Segundo relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2003), houve demora na constituição da equipe técnica, na consecução de um plano de trabalho e de uma rotina operacional, o que configurou um começo moroso. Problemas estruturais, também políticos, foram sendo superados nos meses seguintes, mas formaram uma “sombra” que acompanhou a atuação do órgão.

Ressalta-se aqui o caráter de representação da ideia de imagem pública trabalhada neste artigo. Essa não pode ser considerada uma cópia, uma réplica daquilo que seria o original. Ela também não é uma imagem visual, embora ambas representem ou apresentem algo da realidade (GOMES, 2004). A imagem pública pode ser entendida, segundo Gomes, como representação, percepção pública, como concepções caracterizadoras. É exatamente isso que se busca neste artigo. Qual é a percepção sobre a relação entre Governo, movimento e partido que a SEPPIR tenta defender ao produzir ela mesma sua imagem pública? Quais conjuntos de informações são compartilhadas a

ponto de caracterizar a SEPPIR e a relação que ela, o Governo Federal e o PT têm com o movimento negro?

Ao utilizar a metáfora do espelho e do olhar para definir o processo de construção da imagem pública, Weber (2004) fala que o espectador faz essa construção na relação entre seu olhar e as informações, entre as dúvidas e as certezas sobre aquilo que lhe falado e sobre quem fala. Nessa concepção de Weber, o espelho não é único. Os meios de comunicação são um exemplo. Eles têm um papel importante no processo de elaboração da imagem pública, seja escolhendo, priorizando características dos sujeitos políticos e perspectivas das questões e dos eventos políticos, seja sendo considerados na forma como os próprios sujeitos planejam e constroem suas ações ou até criando expectativas em relação a sujeitos e instituições políticas (JUST; CRIGLER, 2000; TRENT, 2001). Neste trabalho, os meios de comunicação aparecem em dois momentos e sob dois aspectos: um ligado diretamente à comunicação desenvolvida pela SEPPIR, outro ligado a uma agência de notícias, criada a partir de uma iniciativa do movimento negro.

Neste recorte referente à secretaria, é através do seppir.gov.br que a instituição procura “produzir e facilitar acesso a fatos, discursos e configurações expressivas que funcionam como sinais ou estímulos agenciados de tal forma que possam se inserir na esfera de visibilidade pública” (GOMES, 2004, p. 279). Uma esfera que é a cena social, onde os temas, valores, posições ficam visíveis, acessíveis ao público (GOMES, 2008). Uma esfera que não pode ser pensada somente na perspectiva face a face e que utiliza os meios de comunicação de massa para atingir uma condição essencial para a existência da esfera pública hoje: a mediação tecnológica (BOHMAN, 2004).

Nesse momento, começa-se a pensar como se dá a fase de construção da imagem pública que não está a cargo do ator político. Na segunda fase do processo de produção da imagem pública, representada aqui pelo trabalho da Agência de Notícias Afropress, o material da primeira fase é recodificado e transformado para a esfera de veiculação (GOMES, 2004). Os atores são outros. Aqui, principalmente jornalistas. Também podem ser outros os princípios que norteiam a escolha do material e a forma como ele é exibido⁷. Gomes fala que os atores do campo jornalístico são, nessa segunda fase, o exemplo de “agentes da política midiática com o poder de bloquear, invalidar ou

⁷ A análise feita neste trabalho não aborda as rotinas de produção da assessoria de comunicação da SEPPIR nem da Agência de Notícias Afropress, recorte que pode suscitar trabalhos futuros e complementares.

alterar os sinais inseridos no circuito pelos agentes da primeira fase” (2004, p. 287) e que se configuram também como um outro agente na disputa pelo que o autor chama de “colonização do imaginário” (2004, p. 290).

Mas o objeto deste artigo tem algumas especificidades que conferem um duplo caráter à segunda fase da construção da imagem pública. Especificidades advindas da estreita relação, que neste objeto, têm o Estado e a sociedade civil, o governo, um partido político e um movimento social.

Os movimentos sociais, ao buscarem aumentar o apoio público, revitalizar o debate na esfera pública e influenciar o sistema político, utilizam-se de várias estratégias. Buscam atingir não só a agenda dos meios de comunicação, a agenda parlamentar e administrativa e a agenda dos partidos políticos (2008a, 2008b). No caso do movimento negro brasileiro, um destaque na relação com os partidos políticos acontece dentro Partido dos Trabalhadores (PT).

Dentro do PT, integrantes do movimento utilizaram sua militância partidária e pressionaram, durante anos, para que a questão racial ganhasse espaço nas campanhas petistas. Após a pressão dos negros do PT, a temática passou dos documentos setoriais para as páginas do programa de governo, na campanha de Luiz Inácio Lula da Silva. Com a vitória petista, houve a expectativa de que as políticas de igualdade racial no país pudessem avançar (OLIVEIRA, 2012).

Isso porque a relação entre o movimento negro e Governo Federal já existia, mesmo sem a mesma intensidade, antes da gestão petista à frente da Presidência da República. A criação da SEPPIR compartilha cenário com outras iniciativas do Executivo Federal a partir do período de redemocratização do país. De 1980 para cá, as iniciativas governamentais na área só aumentaram, acompanhando o crescimento do tema no debate público e acadêmico. Desde a Assessoria para Assuntos Afro-brasileiros, criada no Ministério da Cultura, em 1985, a Fundação Cultural Palmares (FCP) e os avanços trazidos pela Constituição de 1988, o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para a Valorização da População Negra, já na gestão de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, até os Programas Nacionais de Direitos Humanos (PNDH), com foco também nas questões da população negra.

Mas se o sujeito político responsável pela primeira fase de construção de sua imagem pública existe nesse cenário, aquele que representa a esfera de exposição pública neste trabalho não está em um cenário muito diferente.

Habermas, em *Direito e Democracia*, já falava que os movimentos sociais, por exemplo, buscam influenciar a agenda midiática para que seus temas atinjam o núcleo do sistema político. O autor explica que há todo um trabalho a fazer para que os meios de comunicação se interessem pelas novas questões:

Pois, para atingir o grande público e a “agenda pública”, tais temas têm que passar pela abordagem controversa da mídia. Às vezes é necessário o apoio de ações espetaculares, de protestos em massa e de longas campanhas para que os temas consigam ser acolhidos e tratados formalmente, atingindo o núcleo e superando os programas cautelosos dos “velhos partidos”. (HABERMAS, 2003 [1992], p. 116).

Essa estratégia também foi utilizada pelo movimento negro para incluir seus temas nas esferas pública e de decisão política e, assim, também construir a sua própria imagem pública. Um exemplo é que as primeiras interfaces entre movimento negro e Estado no período de redemocratização se deram, em muitos casos, à medida que as lideranças aprenderam a interferir na agenda governamental e aproveitaram os momentos de exposição pública, especialmente aqueles mediados pela imprensa e pela televisão (ALBERTI; PEREIRA, 2007). Realidade compartilhada também por outros movimentos sociais e que é marcante na história da esfera pública brasileira (AVRITZER, 2000).

A esfera midiática também influencia a trajetória de constituição da negritude no Brasil (COGO; MACHADO, 2010). Há uma cobertura midiática por vezes racista e a dificuldade que o movimento por vezes tem de levar seus argumentos à cena pública por meio da mídia tradicional (BOTELHO; MAIA; MUNDIM, 2011). Mas não se pode esquecer que o próprio movimento utiliza seus meios. O movimento negro, pensado aqui em seu caráter múltiplo e diversificado, historicamente faz diferentes usos das tecnologias de comunicação em seus processos de construção e visibilidade pública da cidadania (COGO; MACHADO, 2010).

A Afropress é uma agência de notícias exclusivamente online e, segundo a apresentação no site, ela seria “a única fonte de notícias no Brasil especializada na produção de conteúdo jornalístico focado em temas relacionados à população negra”. Surgiu como um projeto de uma entidade do movimento, a ONG ABC sem Racismo, do estado de São Paulo. Coloca-se como comprometida com um jornalismo crítico, que independe de partidos e governos, e se põe como uma ferramenta de contribuição para

“o rompimento da invisibilidade que a grande mídia ainda reserva ao tratamento desse tema”⁸.

Em pesquisa sobre a agência, Oliveira e Silva (2007) informam que a Afropress chegava a receber, na época do estudo, uma média de 20 mil acessos mensais. O fundador e gerente da agência, o advogado e jornalista Dojival Vieira, tem um histórico reconhecido de lutas ligadas à temática étnico-racial. É um ativista político que pressiona para que o Estado reconheça e combata a discriminação e a exclusão raciais. Também já esteve no Governo Federal. Foi coordenador de um dos programas de ações afirmativas do Ministério da Educação (CHAMLEY, 2011; OLIVEIRA; SILVA, 2007).

A Agência de Notícias Afropress está nesse cenário de confluência entre Estado e sociedade civil, governo e movimento social, instituição política e meios de comunicação. O objetivo da análise dos dois sites é identificar como essa relação entre as fases e os sujeitos participantes do processo de construção da imagem pública se dá e identificar se e até que ponto há um duplo de confluência e distanciamento de informações e de concepções caracterizadoras do órgão e da relação analisada.

Claro que esse trabalho tem que ser construído a partir de algumas ressalvas, todas baseadas nos conflitos e divergências. A primeira delas é o fato de o movimento negro no Brasil não ser único nem unificado. Ao longo da história da nossa República, diferentes grupos e entidades escolheram e utilizaram diferentes estratégias para dar visibilidade à temática negra e tentar levá-la à esfera de decisão política, algumas mais próximas ao Estado, outras aversas a essa aproximação (DOMINGUES, 2007; ALBERTI, PEREIRA, 2007). Uma tensão relacionada à necessidade de autonomia, ideia cara para que se evite tanto a cooptação política quanto a separação desses atores de suas bases sociais originais (COSTA, 2002).

A segunda ressalva se refere aos distanciamentos que já existem nas relações Estado e sociedade civil, e Governo, Partido dos Trabalhadores e movimentos sociais. Pensando a partir do período de redemocratização, a chamada “institucionalização dos movimentos negros” (SANTOS, 2009), iniciada a partir dos anos 1980, foi construída obre um terreno de disputas e divergências conceituais e políticas. Apesar de o Governo Federal traçar uma trajetória ascendente no reconhecimento da desigualdade racial e na implementação de políticas públicas voltadas para a população negra, isso não foi feito de forma isenta de conflitos entre a gestão e setores do movimento que estavam e que

⁸ <http://afropress.com.br/quemSomos.asp>

não estavam na estrutura governamental (MAGNOLI, 2009). A relação movimento, PT e gestão petista também foi conflituosa, apesar de se esperar que o partido fosse mais aberto às questões do movimento (OLIVEIRA, 2012).

3 Dois espaços, duas imagens, vários conflitos

Para começar o tópico mais analítico, escolhe-se a ressalva feita por Gomes (2004) de que construir é fazer construir. Os atores políticos, analisados por suas experiências de comunicação, não constroem, e de forma independente, a imagem pública. Eles produzem discursos e expressões e tentam organizar esses materiais de modo que o público produza a imagem (2004, p. 268).

Ressalta-se que a interpretação das formas simbólicas a fim de compreender as concepções caracterizadoras utilizadas nas diferentes fases de construção da imagem pública é um processo de reinterpretação, conforme Thompson (1999). Isso porque é baseada em um campo pré-interpretado pelos sujeitos do mundo sócio-histórico. Dessa forma, a interpretação feita neste trabalho pode divergir daquela feita pelos sujeitos que as produzem.

Para efetuar esse processo de reinterpretação, continua-se a análise sócio-histórica e faz-se a análise formal ou discursiva, identificando os argumentos utilizados nos sites. No caso da SEPPIR, são analisados os tópicos do menu principal, com exceção daqueles exclusivamente administrativos, e as notícias. Inicia-se, então, pelos tópicos que apresentam a secretaria.

3.1 Primeiro momento de construção da imagem pública: seppir.gov.br

A imagem pública formada tem que se mostrar aos objetivos do sujeito político. Para isso, os sujeitos se utilizam do real para construí-lo conforme a imagem que desejam (GOMES, 2004). Nesse sentido, a comunicação da SEPPIR, ao apresentar seus sinais para o processo de construção da imagem pública, deixa clara a imbricação entre Estado e sociedade civil.

Ao falar sobre a missão e a história da SEPPIR, no tópico “Sobre a Secretaria”, especificamente a página “O que é”, a criação do órgão é colocada como o

“reconhecimento das lutas históricas do Movimento Negro Brasileiro”⁹. Na página “Histórico”, no mesmo tópico, os eventos que antecederam a criação da SEPPIR são colocados como resultado de “um longo caminho” percorrido pelo povo negro brasileiro, que passa pela “organização política dos movimentos negros desde o século 20”¹⁰. Aí, são citados eventos importantes para a história do movimento negro no Brasil e para a inclusão da temática negra na esfera pública e na esfera de decisão política brasileira, como a Marcha Zumbi dos Palmares, em 1995.

De fato, essa ocasião foi um marco para a luta do movimento negro no país. Após um ato que conseguiu reunir 30 mil pessoas e ter grande repercussão nacional e internacional, a organização entregou o Programa de Superação e da Desigualdade Racial ao então presidente Fernando Henrique Cardoso. No mesmo dia, o Governo Federal criou o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para a Valorização da População Negra, ligado ao Ministério da Justiça e composto por representantes de ministérios e secretarias, além de representantes da sociedade civil ligados ao movimento negro (JACCOUD; BEGHIN, 2002).

A atual visão das políticas públicas para a área também seria resultado do trabalho desenvolvido pela sociedade civil. Teria sido pela mobilização organizada pelo movimento negro que foram articulados projetos institucionais voltados para os direitos culturais, econômicos e sociais da população negra brasileira¹¹. E pela primeira vez, é citada a estreita relação entre Governo Federal e movimento, quando as mensagens proferidas pela instituição acionam “a participação intensa e ativa dos movimentos sociais e do Governo Brasileiro na 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas”, de 2001.

A Conferência, que aconteceu em Durban, na África do Sul, representou mesmo uma aproximação entre Governo Federal e movimento. Conforme Santos (2009), durante a fase de preparação, as relações políticas entre Estado e sociedade civil conseguiram um amadurecimento institucional inédito. Movimento negro e Governo Federal se envolveram em comitês, encontros, pré-conferências e em uma conferência nacional que chegou a reunir cerca de 1.700 delegados. Alguns órgãos governamentais tiveram um papel importante. O IPEA, por exemplo, começou a divulgar pesquisas e indicadores que mostravam a amplitude da desigualdade racial no país. Nas palavras de

⁹ <http://www.seppir.gov.br/sobre>

¹⁰ <http://www.seppir.gov.br/sobre/historico>

¹¹ <http://www.seppir.gov.br/sobre/historico>

Rosana Heringer (2002, p.64), “não se tratava mais de um pequeno grupo de ativistas denunciando a histórica desigualdade de oportunidades entre brancos e negros: o Estado brasileiro adotou um discurso anti-racista, trazendo o tema para o centro da agenda política”.

Para Durban, o Brasil chegou a enviar cerca de 600 delegados, representando governo e instituições não governamentais. Embora houvesse representantes de vários setores, a Conferência foi, segundo Saillant (2009), realmente dos negros¹². Isso por dois motivos: os negros eram maioria entre os participantes brasileiros e, após o evento, as políticas formuladas pelo Governo Federal focavam, principalmente, esse grupo. O Plano de Ação, por exemplo, aprovado pelo governo brasileiro em Durban, ajudou a fortalecer o processo político para a criação da SEPPIR.

Prosseguindo nas mensagens que a secretaria escolhe a fim de produzir uma determinada imagem pública de si e de sua relação com o Movimento Negro, o foco agora é no tópico “Ministra”, onde também a relação com o movimento negro é reafirmada. Luiza Bairros é a ministra do órgão desde o início da gestão de Dilma Rousseff. É negra, petista e possui uma trajetória relevante junto ao movimento, tendo participado do Movimento Negro Unificado (MNU) de 1979 a 1994 e eleita, em 1991, a primeira coordenadora nacional da entidade. Antes de assumir a SEPPIR, foi secretária de Promoção da Igualdade do Estado da Bahia, de 2008 a 2010.

O discurso de posse da ministra, disponibilizado nesse tópico, assemelha-se à narrativa de apresentação da SEPPIR no tópico “Sobre a Secretaria”. Novamente, a ênfase na militância e no movimento negro. No texto, a ministra reafirma sua relação com o movimento, ao dizer que compartilhou a trajetória de luta com a “militância negra responsável pela re-emergência da luta contra o racismo nos anos 70” (BAIROS, 2011, p. 1). No texto, Bairros também ressalta que as prioridades do governo Dilma Rousseff – erradicação da pobreza extrema, luta pela qualidade da educação, da saúde e da segurança – respondem às bandeiras históricas do movimento negro.

Os arquivos do tópico “Publicações” arrematam essa ideia. A criação da secretaria é apresentada como a “materialização de uma história de reivindicação do

¹²Marcio André dos Santos (2009) fala que Durban também mostrou que o movimento é múltiplo. O processo de mobilização para a Conferência mostrou, além da força mobilizadora e política do movimento, que as disputas por representação pública e hegemonia política são comuns e constantes no movimento negro.

movimento negro no âmbito nacional e internacional.” (SEPPPIR, 2010, p. 15), como “a primeira resposta efetiva oferecida por um governo a uma antiga formulação do Movimento Negro, no sentido da implementação de uma política de promoção da igualdade racial.” (SEPPPIR, 2004, p. 2). Movimento que também é colocado como um parceiro, com o qual o Governo Federal sinaliza a disposição “para atuar conjuntamente” (SEPPPIR, 2006, p. 1).

Esse reforço constante da relação entre movimento e secretaria, entre movimento negro e Governo Federal é acompanhado pela preponderância da temática negra nas demais mensagens oferecidas pelo site da SEPPPIR. Na apresentação de programas, projetos, nas publicações, nos relatórios de gestão, nas notícias veiculadas, a população negra é o grupo prioritário. Outros grupos – indígenas, ciganos, judeus, árabes/palestinos – são citados, mas, raramente, em notícias e programas voltados exclusivamente para eles.

Já as notícias que citaram, de alguma forma, a relação movimento negro, Governo Federal e Partido dos Trabalhadores foram um total de 73 em 2012. Nenhuma delas era exclusiva sobre essa relação. A interface entre esses três atores políticos se encontrava diluída nas informações das notícias, produzidas ou não pela equipe de comunicação do órgão. Das notícias que incluíam o Partido dos Trabalhadores – 25 no total, a maior parte, 23 delas, versava sobre a participação de parlamentares petistas em eventos, discussões sobre programas ou problemas relacionados à questão negra e em relatorias ou autorias de projetos de lei. Uma notícia abordava ações de prefeitos petistas e apenas uma citava representantes do quadro do partido, no caso, da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT. Nesses dois casos, as notícias se referem a palestras ou seminário. Em nenhuma notícia, o Partido dos Trabalhadores é acionado como parceiro direto do movimento negro.

Cenário diferente do desenhado a partir das notícias que ligam diretamente a SEPPPIR ou outros órgãos do Governo Federal e o movimento negro – 48, no total. Dessas, em cinco a SEPPPIR dá visibilidade a atividades do movimento. Oito versam sobre demandas de políticas feitas pelo movimento ao Governo Federal. Mas a maioria aborda parceria ou apoio direto entre o governo e movimento negro, em projetos, eventos e discussões ligados à questão negra no Brasil (ver Tabela 1).

TABELA 1
Enfoques, quantidade e temas das notícias sobre a relação Governo Federal e movimento negro

Enfoques da relação	Qtd.	Principais temas
Parceria e apoios entre governo e movimento negro	35	Debate sobre políticas públicas Participação conjunta em eventos Demanda conjunta por votação de projetos de lei Denúncias de racismo Parceria na criação da SEPPIR Ações do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial
Atividades do movimento negro	5	Morte de ativistas Prêmio Nacional Jornalista Abdias Nascimento Documentários
Demanda de políticas feita pelo movimento	8	Políticas para Remanescentes Quilombolas Combate à intolerância religiosa Patrocínio para projetos sobre cultura negra Políticas de Saúde da População Negra

Fonte: Site da SEPPIR.

Como explica Weber (2004, p. 270), “as imagens e os discursos políticos propõe a legitimação de quem os veicula”. A busca pelo reconhecimento, pela legitimidade inclui, no caso do objeto deste artigo, a tentativa de construir uma imagem que mostre o diálogo com o movimento negro, um movimento que reivindicou a criação de um órgão como a SEPPIR, participou de sua implementação, chegando a sugerir nomes para a composição do órgão (GOMES, 2009). E a imagem que começa a ser construída na comunicação da SEPPIR é uma imagem para o público em geral sim, mas também para o movimento. Afinal, uma boa relação com o movimento seria útil na busca da legitimidade.

É exatamente isso que a SEPPIR tenta mostrar nas notícias veiculadas no seppir.gov.br, ao ressaltar que Governo e movimento trabalham por objetivos comuns, como a votação do projeto de lei que instituiu as cotas nas instituições federais de ensino superior. Também tenta mostrar isso ao focar a implementação de demandas antigas do movimento, como as políticas afirmativas em várias áreas, e ao colocar o movimento negro como parceiro de um “esforço coletivo”¹³ na construção e implementação de políticas públicas, ao ponto de a SEPPIR considerar, no período das notícias, que a então conjuntura política não poderia ter sido melhor para o avanço de conquistas do movimento negro¹⁴.

¹³http://www.seppir.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2012/10/plano-juventude-viva-prevenir-a-violencia-contra-a-juventude-negra

¹⁴http://www.seppir.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2012/07/ministerio-da-saude-e-seppir-afirmam-

3.2 Contribuições de uma mídia do movimento

O resultado do processo de construção da imagem pública é algo que não se pode assegurar ou prever. As mensagens produzidas pelos sujeitos políticos ainda passam pelas escolhas, perspectivas dos agentes da mídia. A repercussão dos sinais dirigidos à formação da imagem pública depende, “em primeiro lugar, de como estes sinais foram recebidos e adotados pelas mídias.” (WEBER, 2004, p. 272).

Qual é, então, a pauta que a Afropress escolhe desenvolver com os sinais recebidos da SEPPIR? Quais “molduras de prioridades” ela escolhe adotar, quais “concepções caracterizadoras” (GOMES, 2004) ela elabora ao também construir a imagem pública da SEPPIR e da relação entre Governo Federal, Partido dos Trabalhadores e movimento negro?

Como, no caso do recorte deste artigo, a mídia é representada pela Agência de Notícias Afropress, uma experiência de comunicação que está ligada ao movimento negro brasileiro, cabe uma análise primeira sobre quem produz as mensagens desse sujeito e para quem elas são destinadas.

Oliveira e Silva (2007) informam que a visibilidade do site vai além do espaço virtual. A agência teria um poder de articulação junto à sociedade. Além de falar para setores do movimento e interessados na temática racial, a Afropress contribui “para que a temática racial e étnica seja apropriada pela mídia, incluindo os grandes jornais impressos e o telejornalismo, sendo referência, fonte de informação para as redações.” (2007, p. 7). E faz isso através de uma equipe de profissionais de várias áreas e com uma forte participação de lideranças de movimentos sociais, como o movimento negro. Seria em um cenário dessa forma desejado que a Afropress acrescenta novos sinais e remodela os sinais já existentes para a construção da imagem pública da SEPPIR e da relação entre os três agentes analisados.

Durante 2012, doze das 260 notícias da agência trabalharam, de algum modo, temas ligados à relação objeto de análise deste artigo. Diferente da análise feita nas notícias veiculadas no seppir.gov.br, as notícias da Afropress não podem ser categorizadas a partir de termos como parceria ou políticas demandadas. Isso porque entram no processo de construção da imagem pública, as ideias de disputa e insatisfação. Na etapa de construção da imagem pública que cabe à Afropress, também

houve o acréscimo de uma nova visão da relação da própria SEPPIR e o Governo Federal, considerados agora como atores diferentes, marcados pela noção de disputa.

Em termos de análise, como o número de notícias da Afropress é menor, opta-se por uma tabela mais detalhada, a fim de melhor ilustrar a análise.

Tabela 2
Lista de notícias sobre Governo Federal, Partido dos Trabalhadores e movimento negro / Afropress em 2012

Título	Tema
SEPPIR FICA, LUIZA SAI Lula quer senador Paim na Secretaria da Igualdade Racial	<i>Disputa</i> entre setores do PT, do Governo Federal sobre o futuro e o comando da SEPPIR. <i>Insatisfação</i> de setores do PT e do movimento em relação ao comando da SEPPIR.
AMENIDADES Ministra da SEPPIR comenta morte	<i>Insatisfação</i> em relação ao comando da SEPPIR. Sem atores definidos.
POR EXCLUSÃO Por falta de opções, Dilma pode manter ministra da SEPPIR	<i>Insatisfação</i> de setores do movimento e do PT em relação ao comando da SEPPIR.
A SEPPIR x Super-Ministério de Promoção da Igualdade	<i>Insatisfação</i> de setores do movimento em relação às políticas da SEPPIR.
DE VOLTA Ex-ministra Matilde disputa cargo no PT	<i>Disputa</i> entre setores do PT, do Governo Federal e do movimento sobre o comando da SEPPIR.
APAGÃO NA SEPPIR EM 2011 Luiza só conseguiu gastar 15% do orçamento autorizado	<i>Insatisfação</i> de setores do PT, do Governo Federal e do movimento em relação ao comando da SEPPIR.
ANÁLISE SEPPIR comemora 9 anos em ato vazio	<i>Insatisfação</i> de setores do PT, do Governo Federal e do movimento em relação ao comando e às políticas da SEPPIR.
DISPUTA NEGRA NO PT Com apenas 20% dos votos, Matilde perde expressão no PT	<i>Disputa</i> entre setores do PT e do movimento negro em relação ao direcionamento das políticas de igualdade racial.
DISPUTA NEGRA NO PT Ex-ministra Matilde disputa cargo no PT com poucas chances	<i>Disputa</i> entre setores do PT em relação ao direcionamento das políticas de igualdade racial. <i>Insatisfação</i> de setores do PT, do Governo Federal e do movimento em relação ao comando da SEPPIR.
POVO DE TERREIRO SEPPIR admite falta de políticas públicas para Povo de Santo	<i>Insatisfação</i> de setores do movimento e da própria SEPPIR em relação às políticas do órgão.
DISPUTA DE PODER Conselho da Igualdade Racial entra em colisão com Luiza	<i>Insatisfação</i> de setores do movimento em relação ao comando da SEPPIR.
DISPUTA DE PODER Em Nota, SEPPIR garante que não quer interferir no Conselho	<i>Insatisfação</i> de setores do movimento em relação ao comando da SEPPIR.

Fonte: Site da Afropress.

O trabalho que a Afropress faz no processo de construção da imagem pública da SEPPIR e da relação entre Governo Federal, Partido dos Trabalhadores e movimento negro confirma que a imagem pública da política é realmente um texto aberto, que vai combinado informações e códigos que podem encontrar ressonância ou rejeição e que também são combinados e processados por outras imagens e símbolos (WEBER, 2004, p. 272).

Na Afropress, houve uma rejeição da imagem que a SEPPIR desejou construir a partir das informações de seu site, baseada na desconstrução da imagem de parceria entre Governo Federal, movimento negro e Partido dos Trabalhadores. Desconstrução que começa antes do corpo na notícia. Os chamados “abres”, aquele conjunto de palavras que antecedem o título das notícias, já mostram o tom das mensagens da Afropress.

A ideia de insatisfação quanto ao comando da SEPPIR e às políticas desenvolvidas pelo órgão é um componente da concepção caracterizadora que a Afropress elabora para a relação entre os três atores. Na notícia “A SEPPIR x Super-Ministério de Promoção da Igualdade”¹⁵, por exemplo, há o reconhecimento de que a criação da secretaria simbolizou o “engajamento do estado no eficaz combate ao racismo”. Mas também há a defesa de que esse simbolismo teria acabado ainda do primeiro mandato de Lula, em 2006. Ao propor a criação de uma secretaria que unisse as lutas por igualdade no país, a matéria chega a questionar a existência da SEPPIR, cuja fragilidade seria fator negativo para o movimento negro:

A manutenção da SEPPIR ou de qualquer espaço segregado nos governos com o mesmo perfil e fragilidade resultará no desgaste inevitável de qualquer liderança indicada, bem como reduzirá o movimento social a caudatário de interesses menores resultando na perda de credibilidade política duramente conquistada pelo ativismo do movimento negro de combate ao racismo, a partir do MNU nos anos 1970, desmitificando o discurso oficial da democracia racial e vitorioso no rompimento da omissão estatal. Então em vez do passo seguinte, a SEPPIR, o embrião simbólico, será em breve, extinta para alívio de todos, como têm sido extintas em municípios e estados, sem nenhum proveito para o extraordinário simbolismo a ele emprestado por LULA, em 2003: a do engajamento do estado na luta pela destruição do racismo que exige a Promoção da Igualdade (sem adjetivos).¹⁶

Insatisfação que está ligada à noção de disputa. Um exemplo foram as discussões em torno de novas regras para a renovação dos componentes do Conselho

¹⁵ <http://afropress.com.br/post.asp?id=13597>

¹⁶ <http://afropress.com.br/post.asp?id=13597>

Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), órgão consultivo que faz parte da estrutura da SEPPIR. Em setembro e outubro de 2012, foram veiculadas duas notícias sobre o tema. Segundo as informações da Afropress, a discussão dos novos critérios estava colocando “o colegiado em rota de colisão com a ministra”. A justificativa do movimento é que Luiza Bairros, criticada “pela inabilidade política e falta de diálogo”, objetivava, com os novos critérios, “um CNPIR afinado com sua gestão”¹⁷. Conforme publicado na agência,

Conselheiros acusam Bairros de pretender interferir diretamente na forma de organização do movimento negro e se queixam do que chamam de “forma truculenta” com a qual estaria tratando os membros do colegiado. Segundo conselheiros, as alterações nos critérios pretendidas pela ministra resultarão na redução da representação de entidades como a CONEN (Coordenação Nacional de Entidades Negras), articulação de lideranças negras filiadas ou próximas ao Partido dos Trabalhadores (PT). Embora filiada ao PT da Bahia, Bairros é oriunda do Movimento Negro Unificado (MNU) a cujos quadros pertenceu até 1984, e não integra a CONEN, de quem sofre críticas de suas principais lideranças.¹⁸

Em 2012, o CNPIR foi um dos temas mais recorrentemente abordados pelas notícias do seppir.gov.br, mas não houve a publicização de conflitos como o citado acima.

As notícias sobre o CNPIR mostram um sinal recorrente nas notícias veiculadas pela Afropress: a insatisfação e a disputa são colocadas como marca também da relação entre Partido dos Trabalhadores e Governo Federal e até entre Governo Federal e SEPPIR. Haveria insatisfação, inclusive, dentro da própria secretaria. Em “SEPPIR admite falta de políticas públicas para Povo de Santo”¹⁹, a agência relata que, em evento promovido por entidades do movimento negro, uma funcionária da SEPPIR “vocalizou o desconforto dos dirigentes do órgão” ao reconhecer a ausência de políticas para os povos de terrenos, como são chamados os grupos adeptos de religiões de matriz africana. “A ação mais emblemática do Governo Federal – é até uma piada dizer isso – é a distribuição de cestas alimentares.”, ela teria afirmado.

Em “Lula quer senador Paim na Secretaria da Igualdade Racial”²⁰, é informado que a gestão da ministra Luiza Bairros é “considerada 'apagada' pelo Planalto” e que enfrenta “a oposição – nem sempre silenciosa – de toda a militância negra do PT e de

¹⁷ <http://afropress.com.br/post.asp?id=12668>

¹⁸ Ibidem.

¹⁹ <http://afropress.com.br/post.asp?id=12648>

²⁰ <http://afropress.com.br/post.asp?id=12485>

grupos independentes”. Haveria uma polarização em torno dessa questão e, principalmente, acerca do futuro e do comando da secretaria. Três das doze notícias selecionadas versaram sobre a tentativa da ex-ministra da SEPPPIR, Matilde Ribeiro, de voltar a ocupar cargo relacionado à temática, agora na Secretaria Nacional de Combate ao Racismo (SNCR) do PT. A então titular, Cida Abreu, era a outra candidata ao cargo. Com os abres “DE VOLTA” e “DISPUTA NEGRA NO PT”, as notícias informavam sobre essa polarização:

Matilde entra na disputa – a primeira desde que deixou a Esplanada – em situação desfavorável, porque a direção nacional anulou o Encontro dos petistas negros de S. Paulo.

O apoio a Cida Abreu por parte de lideranças nacionais do Partido, como Paulo Frateschi e João Vacari, segundo analistas que acompanham a disputa, seria uma forma de blindar a atual ministra Luiza Bairros que, depois de ter a continuidade no cargo ameaçada por atuação considerada apagada, acabou sendo mantida pela Presidente Dilma Rousseff por falta de alternativas. Matilde na Secretaria Nacional do Setorial de combate ao Racismo do PT seria, naturalmente, uma voz que passaria a ser ouvida, o mesmo ocorrendo com o grupo de lideranças negras de S. Paulo alijado da Esplanada com a sua saída da SEPPPIR.²¹

A derrota de Matilde Ribeiro, que obteve apenas 20% dos votos, foi interpretada pela Afropress como uma perda também para o movimento:

A derrota da ex-ministra da SEPPPIR significa um duro golpe numa das mais importantes lideranças femininas do movimento negro brasileiro, a primeira ministra da SEPPPIR, responsável pela estruturação da própria Secretaria vinculada à Presidência da República e pelas primeiras ações e políticas públicas de igualdade racial no âmbito do Governo Federal.²²

As características da etapa do processo de construção da imagem pública que concerne à Afropress demonstram que a relação Governo Federal, movimento negro e Partido dos Trabalhadores não seria tão harmoniosa como mostrada pela comunicação da SEPPPIR. A ideia de parceria, na verdade, nunca foi uma constante nessa relação. Dentro do próprio movimento, a ideia de interlocução com o Estado foi, durante muito tempo, alvo de crítica. Se algum grupo se aproximava da esfera governamental, logo apareciam acusações de cooptação (ALBERTI; PEREIRA, 2007). As primeiras mudanças aconteceram na década de 1980, quando começou a articulação entre setores

²¹ <http://afropress.com.br/post.asp?id=12602>

²² <http://afropress.com.br/post.asp?id=12606>

do movimento e organizações políticas, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e partidos como o PT e o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Mesmo após a entrada de representantes do movimento em órgão ligados à temática nas gestões de José Sarney e Fernando Henrique Cardoso, houve momentos de intensa divergência. Magnoli (2009) conta, por exemplo, que havia certa tensão entre as diretrizes do Governo e a linha do movimento negro representada no Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH) I. Segundo o autor, uma das propostas do plano, lançado em 1996, determinava ao IBGE que considerasse pretos e pardos integrantes da população negra, o que não foi efetivado devido a resistências internas do órgão.

Essa relação também nunca foi fácil dentro do próprio PT. Vários documentos do partido discutem essa relação (OLIVEIRA, 2012). Por um lado, são identificadas semelhanças nas causas e nos pleitos, colocando o movimento como parceiro, ressaltando uma história de fortalecimento mútuo. Por outro, admite-se que o adjetivo “secundário” é o que melhor qualifica a forma como a questão racial foi trabalhada historicamente pelo PT. Isso influenciava na correlação de forças dentro do próprio partido, que, segundo os negros petistas, garantia “uma fatia do poder” para os setores minoritários (negros e negras do PT), caso eles fossem capazes de pressionar para obtê-la (PT, 1996, p. 9). O descontentamento dos negros do partido era tanto que chegavam a afirmar que a entidade tinha se tornado “continuidade reciclada da tradição de esquerda que reduz as contradições da sociedade ao terreno econômico e enxerga o Brasil com um olhar branco” (1996, p. 8).

Dentro do PT, integrantes do movimento utilizaram sua militância partidária e pressionaram, durante anos, para que a questão racial fosse prioritária e ganhasse espaço nas campanhas eleitorais. Com a vitória petista, em 2003, criou-se a expectativa de que as políticas de igualdade racial, iniciadas nos governos de José Sarney e Fernando Henrique Cardoso com a participação de setores do movimento negro, avançassem.

É importante também ressaltar que a construção feita pela Afropress não se limita a declarações e fatos políticos. Em menor escala sim, mas são levantadas questões de natureza técnica, contábil, administrativa ou mesmo econômica, não se limitando aos meios típicos de disputa da arena das imagens públicas (GOMES, 2004). Além de mostrar, como já mencionado, “o desconforto dos dirigentes do órgão”²³ em relação ao planejamento e execução de algumas políticas, as notícias da Afropress

²³ <http://afropress.com.br/post.asp?id=12648>

também versam sobre problemas orçamentários do órgão, como na notícia “APAGÃO NA SEPPIR EM 2011. Luiza só conseguiu gastar 15% do orçamento autorizado”²⁴. Gomes (2009) explica que a questão estrutural e orçamentária da SEPPIR é um ponto forte de crítica do movimento negro brasileiro. Segundo o autor, “alguns ativistas do movimento têm se referido à SEPPIR como um puxadinho, uma estrutura fraca, sem orçamento” (2009, p. 126).

Mas também é válido ressaltar que, das doze notícias da agência, nenhuma possui viés positivo em relação à SEPPIR e às ações do Governo Federal. E uma percepção totalmente positiva da relação é direcionada ao Partido dos Trabalhadores em apenas uma das notícias – “Parlamentares do PT repudiam agressão”²⁵. Uma possibilidade de afinidade de posições entre movimento negro e Governo Federal e PT só poderia ser inferida se considerarmos que setores dos três atores compartilham críticas à SEPPIR. Mas nenhuma notícia expressa essa afinidade de forma clara²⁶.

4. Considerações finais: sobre distanciamentos e aproximações

A partir do breve trabalho realizado, com apoio das análises formal e sócio-histórica das informações veiculadas nos dois sites em 2012, encontrou-se, sobretudo, distanciamentos entre a imagem que Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial oferece de si e da relação entre Governo Federal, Partido dos Trabalhadores e movimento negro e a imagem trabalhada pela Agência de Notícias Afropress.

Os recortes das duas fases de construção da imagem pública escolhidos para este trabalho têm em comum somente a utilização do mesmo meio, a internet, e de formatos semelhantes, notícias, para expressarem suas mensagens acerca da relação analisada. Ao se valer de um site, a secretaria, em alguma medida, disputa a batalha pela imagem a ser construída com os agentes do mundo da comunicação (GOMES, 2004), utilizando o mesmo meio, além de recursos e ferramentas semelhantes. O trabalho que a SEPPIR faz a partir do seu site se localiza na primeira fase, mas se relaciona,

²⁴<http://afropresscomunicacao.com/post.asp?id=12521>

²⁵ <http://afropress.com.br/post.asp?id=12565>

²⁶ Não é possível certificar-se, nos limites e propósitos deste artigo, do real desempenho da SEPPIR e das totais dimensões do embate entre os atores, mas é interessante refletir o padrão nacional de que aborda Fuks (2010, p. 273). Segundo o autor, os meios de comunicação estão se aperfeiçoando “na promoção de um ambiente informacional favorável ao controle dos representados sobre os representantes”, ao mesmo tempo que estão se deteriorando “no sentido de uma 'pior informação sobre o bom desempenho' das instituições políticas”.

especificamente e propositalmente, à esfera de exposição pública. Dessa forma, no caso estudado, parece haver uma interseção entre a primeira e a segunda fases do processo de construção da imagem.

Mas, como as práticas políticas, a disputa entre as fases também é perpassada por tensões, onde “as negociações estão impregnadas de opiniões, conceitos e representações” (WEBER, 2004, p. 273). Cada ator recorre às suas. Na busca por visibilidade favorável, legitimidade e reconhecimento para si e suas ações, a SEPPIR opta por visibilizar uma relação, sobretudo, de parceria, sem tensões, entre o Governo Federal, o movimento negro e o Partido dos Trabalhadores e não aborda as divergências historicamente construídas entre os três atores. É o fortalecimento de alguns aspectos e visões, em detrimento de outros no processo de elaboração das concepções caracterizadoras que a secretaria opta difundir sobre si e sobre a relação analisada.

No entanto, como os atores da mídia se convertem em “agentes da política midiática com o poder de bloquear, invalidar ou alterar os sinais inseridos no circuito pelos agentes da primeira fase” (GOMES, 2004, p. 287), outros aspectos passam a ser oferecidos na segunda etapa do processo de construção da imagem pública, representada, no breve recorte deste artigo, pela Afropress. Só nessa segunda fase, entram em cena episódios de tensão, onde o comando da SEPPIR, a linha de ação do órgão é motivo de insatisfação, divergência e disputa entre os atores e mesmo dentro deles. É o discurso da Afropress colocando em xeque, refutando o discurso oferecido na primeira fase de construção da imagem e, dessa forma, contribuindo para a (des)construção da imagem analisada. Isso resulta, na avaliação deste trabalho, das diferenças de objetivos e critérios das duas experiências de comunicação e também das tensões historicamente existentes entre os três atores envolvidos nessa dinâmica.

É necessário, contudo, ressaltar que “a imagem é instauradora de abstrações e concretudes. É o incontrolável.” (WEBER, 2004, p. 261) e que o processo de construção da imagem pública só se concretiza com a interpretação e a produção que cabem ao público. Do trabalho feito na primeira fase pela SEPPIR, do campo dos meios de comunicação até o público, o percurso é imprevisível e os impactos, possivelmente, desiguais (FUKS, 2010). As consequências desse processo não é possível aferir com o recorte proposto por este artigo, sendo, portanto, sugestão para que futuros trabalhos possam abordar a contribuição de outros atores, como o próprio Partido dos Trabalhadores e o público, para a construção da imagem analisada.

Referências bibliográficas

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araújo. Articulações entre movimento negro e Estado. In: GOMES, Angela de Castro. **Direitos e cidadania**: memória, política e cultura. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 93-103.

AVRITZER, Leonardo. Entre o diálogo e a reflexividade: a modernidade tardia e a mídia. In: AVRITZER, Leonardo; DOMINGUES, José Maurício. **Teoria social e modernidade no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 61-84.

BAIROS, Luiza. **Discurso na cerimônia de transmissão do cargo de Ministro Chefe de Estado da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial**. 2011. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/ministra/copy_of_documentos/2011/01/discurso-da-ministra-luiza-bairros-na-transmissao-de-cargo>. Acesso em: 14 maio 2011.

BOHMAN, James. Expanding dialogue: the internet, the public sphere and prospects for transnational democracy. **The Sociological Review**, v. 52, suplement 1, p. 131-155, 2004.

BOTELHO, Juliana Santos; MAIA, Rousiley C. M.; MUNDIM, Pedro Santos. O debate em torno das cotas nas universidades públicas brasileiras de 2001 a 2009: uma análise preliminar. **Compólitica**, v. 1, p. 8-34, 2011.

CHAMLEY, Santorri. Brazil it's not fun to be black! **New African**. v. 511, nov. 2011. p. 86-88.

COGO, Denise; MACHADO, Sátira. **Redes de negritude**: usos das tecnologias e cidadania comunicativa de afro-brasileiros. In: XXXIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM. Caxias do Sul, 2010, Curitiba. [Anais...]. Curitiba: INTERCOM, 2007.

COSTA, Sérgio. **As cores de Ercília**: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

FUKS, Mário. Más notícias: a cobertura do Jornal Estado de Minas e a imagem pública da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (1999-2003). **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 257-276, jun. 2010.

GOMES, Marcus Vinícius Peinado. **O movimento negro e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial**: um estudo sobre a luta por sentidos sobre a desigualdade racial no Brasil. 2009. 161 f. Dissertação (mestrado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2009.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na área da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

_____. Da discussão à visibilidade. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. **Comunicação e democracia: problemas & perspectiva**. São Paulo: Paulus, 2008. p. 117-162.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade, volume II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003 [1992].

HERINGER, Rosana. **Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas**. Cad. Saúde Pública, v.18, supl., p. 57-65, 2002.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. Brasília, n. 7, ago. 2003.

JACCOUD, Luciana de Barros; BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil: balanço da intervenção governamental**. Brasília: IPEA, 2002.

JUST, M.; CRIGLER, A. Leadership image-building: after Clinton and Watergate. **Political Psychology**. v. 21 (1), p. 179-198, 2000.

MAGNOLI, Demétrio. **Uma gota de sangue: história do pensamento racial**. São Paulo: Contexto, 2009.

MAIA, Rousiley C. M. Conversação cotidiana e deliberação. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. **Comunicação e democracia: problemas & perspectiva**. São Paulo: Paulus, 2008a. p. 195-219.

_____. Visibilidade midiática e deliberação pública. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. **Comunicação e democracia: problemas & perspectiva**. São Paulo: Paulus, 2008b. p. 163-194.

OLIVEIRA, Alicianne Gonçalves de. **A questão racial na esfera pública (virtual): a experiência da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial no governo Dilma Rousseff**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Fortaleza, 2012.

OLIVEIRA, Ilzver de Matos e SILVA, Lourdes Ana Pereira. Imprensa Negra Online: o racismo na pauta de todos os dias. ANAIS DO 5º ENCONTRO NACIONAL DOS PESQUISADORES EM JORNALISMO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM JORNALISMO (SBPJOR). 2007, Aracajú. [Anais...] Aracajú: SBPJOR, 2007.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Em destaque: Secretaria Nacional de Combate ao Racismo. In: ENCONTRO NACIONAL DE NEGROS E NEGRAS DO PT, 1996, São Paulo. [Anais...]. São Paulo, 1996.

SAILLANT, Francine. Direitos, cidadania e reparações pelos erros do passado escravista: perspectivas do movimento negro no Brasil. *In*: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana. **Caminhos convergentes**: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009. p. 197-226.

SANTOS, Marcio André de O. dos. Política negra e democracia no Brasil contemporâneo: reflexões sobre os movimentos negros. *In*: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana. **Caminhos convergentes**: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009. p. 227-258.

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. **Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/publicacoes/pnpir.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2013.

_____. **Relatório de Atividades 2005**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/publicacoes/relatorio_2005.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2013.

_____. **Programa Brasil Quilombola**. Comunidades quilombolas brasileiras: regularização fundiária e políticas públicas. Brasília, 2010?. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/.arquivos/pbq.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2013.

THOMPSON, John B. A metodologia da interpretação. *In*: _____. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes. 1999. p. 355-421.

TRENT, J. S. Image, media bias, and voter characteristics: the ideal candidate from 1988-2000. **American Behavioral Scientist**, v. 44 (12), pp. 2101-2124, 2001.

WEBER, Maria Helena. Imagem pública. *In*: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004. p. 259-308.